

SURUI (AIKEWARA) DO POSTO INDÍGENA SORORÓ:
OS RUMOS DO "PROJETO" E ALGUMAS OBSERVA-
ÇÕES ACERCA DE UM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO
CULTURAL

Iara Ferraz

Antropóloga*

* Relatório de viagem realizada entre 15 e 28 de fevereiro de 1985 (assessoria à Cia. Vale do Rio Doce)

Por ocasião de nossa breve e recente estadia entre os Surui, eles se encontravam ocupados com a coleta da safra de castanha, iniciada em dezembro de 1984. Nesta época, os grupos familiares costumam se distribuir entre as "colocações" de castanha, já que na mata a possibilidade de obtenção de caça (e frutos) é maior, assegurando a qualidade da alimentação.

Para os Surui, a importância da coleta da castanha prende-se ao fato de ser a principal atividade voltada para a comercialização, única forma possível de adquirir bens industrializados, tornados indispensáveis a sua sobrevivência hoje (roupas, calçados, querosene, munição, sabão, café, sal e açúcar são os itens mais relevantes).

Cerca de 120 hectolitros de castanha haviam sido coletados até fevereiro último, produção que estava em um depósito de madeira, junto às instalações da sede do Posto (que dista cerca de 3 km da nova aldeia)¹. Aguardava-se a disponibilidade do caminhão da Ajudância de Marabá, para que a produção fosse levada àquela cidade, (onde virá a ser comercializada aos agentes de exportadores, sediados em Belém)². Aguardava-se também o reestabelecimento do tráfego na Rodovia OP-2, que atravessa a área indígena tornada intransitável devido aos enormes atoleiros.

A incorporação ao seu território de uma porção significativa - cerca de mais de 40 mil hectares de castanhas e áreas de caça - que lhes foi subtraída com a demarcação efetuada em 1977

1 "Casa Velha" é a forma como se referem a nova aldeia e lá estão desde agosto de 1984. No mesmo local tiveram uma aldeia, no final da década de 50, chamada Tasahu remiú pawera ("onde chegam os porcos do mato").

2 Quando retornamos à Marabá, dia 28 de fevereiro, soubemos que o mesmo motorista que nos levara ao PI Sororô estaria de partida para São Luís (MA), a fim de buscar o caminhão adquirido com recursos do Convênio, solicitado pelos Surui em 1983. Possivelmente o transporte da sua produção de castanha seja agora facilitado.

virá garantir uma perspectiva de reais melhorias de condições de vida para o grupo. O aumento da produção de castanha e maior quantidade de caça proporcionarão, sem dúvida, a recuperação de um modo de vida que lhes é peculiar e essencial.

Durante a viagem realizada - com o objetivo de redifinir o território tradicional - tivemos oportunidade de conversar demoradamente com os representantes do grupo que nos acompanharam. Pareceu-nos claro que o "modelo" administrativo em que se baseia o atual chefe do Posto - no PI Sororô desde novembro de 1984, vindo de uma região muito distinta (Rondônia), onde trabalhara junto a grupos relativamente isolados - acaba por não se adequar ao desempenho pretendido pelos Surui. À inadaptação alia-se ainda o grande desconhecimento em relação a um sistema peculiar de organização social e política do grupo, o que resulta em práticas de trabalho nem sempre passíveis de aprovação por seus componentes.

Deve-se observar que a própria função de "chefe" de Posto advém de uma estrutura hierárquica e, portanto, autoritária que, em momento algum, é condizente com o modo de vida Surui e as expectativas existentes. O exercício da autoridade nem sempre se restringe aos seus subalternos, de modo que os papéis desempenhados pelos agentes tutelares locais são eventualmente questionados por integrantes do grupo - mais familiarizados com o trato com esses servidores.

Muitos, desse modo, consideram-se aptos a desempenhar funções até então designadas pela FUNAI, aos kamará ("se é só pra falar no rádio, a gente pode falar! Os Kaiapó não falam?" (sic)) referindo-se aos longos discursos dos grupos Kaiapó no Pará, que se comunicam aos sábados pela manhã, através da fonia, e no próprio idioma. Ou ainda, "dirigir carro ou caminhão, a gente também pode aprender!" (sic), afirmação que remete ao caráter tempo-

rário que deveria ser observado em relação às funções do motorista contratado desde 1983 através dos recursos do Convênio.

Quanto a presença de um técnico agrícola, Tiremê reafirmou - pois já o havia feito quando da chegada do novo servidor ao Posto, em 1984 - ser plenamente dispensável, uma vez que as técnicas tradicionais têm primazia em relação às tecnologias modernizantes. Ressaltava Tiremê:

"O que eles aprendem nos livros é uma coisa, aqui é outra! A gente vai plantar do jeito que a gente sabe, do jeito que o meu pai, o meu avô, o avô do meu avô plantavam! Agora, uma coisa nova ... como o café, a cana, o cacau ... a gente pode experimentar, do jeito nosso mesmo, pra ver primeiro!"

O fracasso na tentativa de introdução de técnicas agrícolas modernizadoras surge exemplificado, no caso do PI Sororô, pelo pequeno bananal plantado tardiamente, (muito próximo às grandes chuvas, segundo integrantes do grupo), com o auxílio do trator, pelo chefe do Posto e o técnico agrícola, em frente ao PI.

O plantio de roçados é uma atividade secular dos Surui. Milho, fava, cará, mandioca, batatas, bananas e algodão são tradicionalmente cultivados em roças familiares (muitas vezes, em conjunto). O cultivo de arroz foi recentemente introduzido, o que contribuiu de modo desfavorável para a qualidade da alimentação. O estímulo ao plantio de grandes roçados - por parte dos agentes tutelares locais - engendrou a necessidade de arremeter mão-de-obra regional, tal como ocorreu em 1984, em virtude também da abundância de recursos oriundos do Convênio CVRD-Funai.

Ao lado da organização da coleta e comercialização da safra de castanha, Tiremê vem se encarregando de administrar a chamada "cantina", um entreposto de bens industrializados que não chega a ser, para os Surui, "reembolsável", de acordo com uma con-

cepção cooperativista simples, introduzida pela Funai. Com os recursos abundantes oriundos do Convênio, os gastos efetuados para a extração da safra de castanha, por exemplo, acabam por ser superiores à renda alcançada com a sua comercialização. Muitos se preocupam antecipadamente com o "fim do projeto - quando tudo será como antes", ou seja, com poucos recursos, ou sem eles, situação que levará, certamente, a outros reajustes. É ilusório pensar que uma injeção de recursos volumosos durante um determinado período de tempo engendrará uma não-dependência no futuro.

Devido à safra de castanha, a "cantina" funciona ainda num barracão nas proximidades da antiga aldeia e das instalações do PI, onde está situado também o depósito de castanha, local onde a produção é lavada e medida, individualmente, em hectolitros. O seu controle e manutenção deverão permanecer cada vez mais aos cuidados de representantes do grupo - sem, portanto, ingerências dos servidores da agência tutelar - com o redimensionamento de suas funções.

Os Surui contam atualmente com uma população de 109 indivíduos, onde 70% têm de 0 a 14 anos. Como diz a maioria dos homens adultos, "hoje em dia somos poucos para o trabalho". Deste modo, o dimensionamento ou mesmo o ritmo de quaisquer atividades devem ser imprimidos, evidentemente, por eles. Existem ainda particularidades culturais que, não raras vezes, escapam à sensibilidade dos servidores do órgão tutelar, (que acabando por interferir em questões que dizem respeito unicamente aos integrantes do grupo).

Ao final da safra de castanha virão a dar início, eles mesmos, à colheita do arroz e do milho plantados em cerca de 60 hectares em 1984 sob empreitada de regionais. Possivelmente, virão precisar construir um depósito para cereais, nas proximidades

da roça. Os Surui dispõem ainda de 44 hectares de pastagens, junto ao Posto, que necessitam de manutenção. Pretendem transferir para lá, em breve, o rebanho bovino - cerca de 25 cabeças - que se encontra na quinta situada junto ao barracão do castanhal "Água Preta", a noroeste da área.

Neste ano, formarão novos roçados nas proximidades da nova aldeia ("Casa Velha"). Pretendem aumentar o cultivo de café, transferindo para a roça nova as mudas que se encontram no castanhal "Alegria". Trata-se, como se vê, de um empreendimento dimensionado por eles e que deve ser incentivado, ao contrário das roças mecanizadas, com o emprego de técnicas que se mostram improdutivas para aquela sociedade tribal e para região sudeste do Pará, onde o sistema de coivara é tradicionalmente predominante e, portanto, produtivo.

- "Tudo isso só serve mesmo é pra Funai, não é pra Comunidade!" - foi assim que Tiremê se referiu aos itens arrolados pelo chefe do Posto entre as "necessidades básicas para o PI Sororô", em documento encaminhado à Ajudância de Marabá em janeiro último (em anexo). Ali se observa que a ênfase recai sobre as obras e edificações, uma espécie de vício administrativo dos agentes tutelares.

Ora, parece-nos que a recuperação, o "fortalecimento" dos Surui enquanto grupo não se prende, exatamente, à ampliação das instalações do "Posto da Funai". Ao contrário, talvez se devesse promover a "demolição" do Posto e a ênfase na comunidade. Urge a transformação da estrutura hierárquica e paternalista desenvolvida até agora como orientação da agência tutelar no trato para com as sociedades indígenas no Brasil. Também no caso dos Surui, é necessário reafirmar com eles o seu modo de vida e não

o dos kamarã, ali representados pelos servidores da Funai, para quem parece indispensável o uso da geladeira, do fogão a gás - e quem sabe de uma televisão! - geradores, motores, combustível, etc.

A construção de uma nova escola foi, de fato entre os itens arrolados pelo chefe do Posto a única apontada como necessária pelos integrantes do grupo, uma vez que a aldeia principal foi transferida e a escola permaneceu junto ao Posto, onde reside a "professora". O estímulo à utilização de matérias regionais para construção - dos quais todos os grupos indígenas sabem tão bem fazer uso - mostra-se adequado e harmonioso³.

Os missionários do CIMI Norte II (ligado à CNBB) desenvolvem atividades junto aos Surui há alguns anos, ainda que de modo pouco sistemático. Na nova aldeia há uma casa, recentemente construída com os troncos finos de um tipo de palmeira (paxiúba), cujos bancos e mesas serão em breve confeccionados com tábuas de madeira e de modo muito simples. Será, possivelmente, a "escola" Surui, resultante do trabalho dos próprios componentes do grupo, incentivados pelos missionários.

O conteúdo das atividades que virão a se desenvolver ali - educacional-informativa e crítica - requer um aprimoramento do aprendizado do dialeto Tupi-Guarani, através da colaboração de profissionais em lingüística e antropologia, trabalho que será, provavelmente, iniciado em maio próximo. Um material didático bilíngüe terá então condições de ser produzido na aldeia, pelos

3 A "garagem" para a conservação dos veículos e máquinas, recentemente construída (dez.84) sob empreitada de regionais é um grande galpão, de chão batido e coberto com folhas de babaçu; é pois desnecessário reconstruí-la com quaisquer outros materiais.

próprios integrantes do grupo. Os monitores contribuirão para "diluir" o papel dominante ora desempenhado pela auxiliar de ensino. O currículo e o "ano escolar" deverão acompanhar um modo de vida próprio dos Surui, adequando-se às atividades tradicionais do grupo.

A mesma orientação deveria ser seguida em relação à enfermaria. Um pequeno ambulatório poderá vir a ser construído na aldeia, igualmente com materiais regionais, devendo se evitar o uso de alvenaria, sob quaisquer hipóteses. As atuais instalações do Posto, se racionalizado o uso do seu espaço, comportam bem o funcionamento de uma enfermaria simples (onde não são necessários mais de dois leitos e sim, talvez, armadores para rede) e da sala para tratamento dentário (de uso pouco freqüente). Os medicamentos poderão vir a ser guardados nas instalações da atual escola (construída em madeira e em bom estado), quando esta se transferir também para a aldeia.

O trabalho no pequeno ambulatório na aldeia poderá vir a ser realizado por monitores de saúde, bastando para isso um treinamento especializado a ser desenvolvido pela enfermeira qualificada, recentemente contratada (ainda em fase experimental) em substituição à anterior, através do Convênio CVRD-Funai. Suas visitas às aldeias - "Casa Velha" e "Queimada" - deverão se tornar mais frequentes (atualmente, ela se desloca do Posto apenas duas ou três vezes por semana) no sentido de fazer crescer um conhecimento específico acerca do grupo, incluindo a compreensão de uma concepção de saúde (e de doença) existente para os Surui. Estes conhecimentos proporcionarão desenvolver um trabalho integrado e de uma perspectiva mais ampla.

Ainda na nova aldeia, a perfuração de um poço amazônico com a instalação de uma bomba manual vem sendo solicitada pe-

los profissionais de saúde que trabalham junto aos Surui, apontando para as melhores condições de saneamento, o que elevaria um estado geral de saúde entre o grupo (controle de verminoses, gastrinterites, etc.). Embora a nova aldeia tenha se formado naquele local exatamente em virtude de abundância de água (um outro braço do chamado Grotão dos Caboclos), seu uso indiscriminado, na mesma localidade para a lavagem de roupas, louças, além de banho e uso para cozinha, leva a um provável deterioramento de sua qualidade.

A instalação de um grupo gerador para extensão de luz elétrica à nova aldeia vem sendo solicitada pelos componentes do grupo. Conforme recomendado pelo médico João Paulo Botelho Vieira Filho, o uso de luz elétrica atrai um grande número de insetos, provocando o aumento da incidência de malária e da moléstia de Chagas. Deste modo, deveria ser desestimulado através do próprio uso nas dependências do PI - o "modelo" imposto pela orientação do órgão tutelar - onde parece desnecessário manter o gerador funcionando à noite.

Se os Surui se preocupam, atualmente, com suas dificuldades para adquirir munições ou açúcar-essenciais para sua sobrevivência - mais difícil ainda será adquirir combustível para as máquinas e motores (veículos, etc.) "quando o projeto acabar". Esta é a lógica inerente à perspectiva atual, onde transparece a inadequação do estímulo à modernização ou implantação de "infra-estrutura", tal como vem sendo promovidas através da aplicação dos recursos do Convênio e da própria ótica dos agentes tutelares locais e regionais. Esta modernização se dá em todos os sentidos, desde a apresentação como "necessidade" ^{as} construções em alvenaria, a extensão do uso da energia elétrica na aldeia, até mesmo a própria utilização do trator (que além de avariado

se encontra ocioso, conforme previmos em 1983, um verdadeiro "monumento" em frente à sede do Posto). Seria portanto necessário desestimular a própria função do Posto Indígena, tal como concebida, e de seus inúmeros servidores. O desenvolvimento de um trabalho sistemático e a longo prazo, através de assessorias especializadas por etnias parece-nos a direção mais adequada a ser seguida, no decorrer deste amplo processo de recuperação que os chamados Surui atravessam.

DADOS POPULACIONAIS

FEV. 1985

Faixa etária	mulheres	homens
0-4	13	14
5-10	12	14
11-14	11	3
15-20	5*	3+
21-24	1**	-
25-30	4	4
31-34	3	2
35-40	2	4
41-44	1	1
45-50	1	5
...		
65-70	<u>1</u>	<u>1</u>
	54	51

TOTAL: 106 indivíduos

* mais 01 "civilizada"

** mais 02 (duas) "civilizadas"

+ mais 01 "civilizado"